



25 DE OUTUBRO DE 2016

Terça-feira

- **CURSO: CONTROLE DA QUALIDADE - SINDIMETAL/PR**
- **GREVE NA SCANIA CHEGA AO FIM, MAS PODE VOLTAR**
- **EMBRAER COLOCA FUNCIONÁRIOS EM FÉRIAS COLETIVAS EM SÃO JOSÉ, SP**
- **ANALISTAS TRIBUTÁRIOS DA RECEITA PODEM PARALISAR ATIVIDADES ATÉ QUARTA-FEIRA**
- **STF pode adiar julgamento sobre desaposentação**
- **MINISTRO LANÇA PROGRAMA DE AJUDA À PRODUÇÃO INDUSTRIAL**
- **O QUE AS EMPRESAS MAIS TEMEM (E QUEREM) EM 2017**
- **FÁBRICA DA BMW EM MANAUS INICIA PRODUÇÃO DE MOTOCICLETAS**
- **ARTIGO: ACORDO MARÍTIMO COM O CHILE É RESQUÍCIO DE POLÍTICA ULTRAPASSADA**
- **ATIVIDADE DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO TEM QUEDA EM SETEMBRO, DIZ CNI**
- **SEBRAE QUALIFICA TRINTA EMPRESAS**
- **BRASIL TEM FORTE ENTRADA DE CAPITAL, DIZ IIF**
- **BRASIL PRECISA PROGREDIR EM MEDIDAS CONTRA TERRORISMO FINANCEIRO, DIZ GAFI**
- **PORCENTUAL DE CHEQUES DEVOLVIDOS ATINGE 2,19%, DIZ SERASA**
- **REDUÇÃO DOS JUROS BÁSICOS PELO BC DIVIDE ANALISTAS DE MERCADO**
- **'BRASIL É VISTO COMO EXPORTADOR DE CORRUPÇÃO'**
- **PRESIDENTE DA PETROBRAS DIZ QUE ALTA DA GASOLINA EM POSTOS É 'DECEPCIONANTE'**
- **ÔNIBUS AUTÔNOMO SE TORNA ALTERNATIVA VIÁVEL PARA TRANSPORTE PÚBLICO**
- **PORSCHE CRESCE ACIMA DE 40% E QUER ELEVAR O BRASIL NO RANKING DA MARCA**
- **MWM FORNECERÁ MAIS MOTORES À JACTO EM 2017**
- **PEUGEOT 308 E 408 AGORA SÓ TÊM MOTOR TURBO**
- **PAN E VOTORANTIM PEDEM ANULAÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA VIVER**
- **BRUXELAS PEDE A VOLKSWAGEN GARANTIAS ADICIONAIS PARA CLIENTES EUROPEUS**

- MEIRELLES FAZ MARATONA NOS TRIBUNAIS E COM EMPRESÁRIOS PELA PEC DOS GASTOS
- HÁ SINAIS DE PAUSA NA DESINFLAÇÃO DE SERVIÇO E POLÍTICA MONETÁRIA TEM DE SER PERSISTENTE, DIZ BC
- DEZEMBRO PODE SER MOMENTO IDEAL PARA ELEVAR TAXA DE JUROS, DIZ WILLIAMS, DO FED
- CONTRATOS FUTUROS DO MINÉRIO DE FERRO DISPARAM E TÊM MÁXIMA DE 2 ANOS NA CHINA
- SIDERÚRGICAS LATINAS PRECISAM REFORÇAR AÇÕES DE DEFESA COMERCIAL CONTRA CHINA, DIZ ALACERO
- ALTA NO PREÇO DO CARVÃO VAI AFETAR RESULTADOS DE SIDERÚRGICAS DO JAPÃO
- COMO PREVER SE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO TERÃO FINAL FELIZ
- ANGLO AMERICAN AMPLIA PRODUÇÃO DE DIAMANTES E MINÉRIO NO 3º TRI
- MONTADORAS TROPEÇAM NA TECNOLOGIA DO PAINEL

CÂMBIO		
EM 25/10/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,120	3,120
8Euro	3,388	3,389

Fonte: BACEN

25/10/2016 – SINDIMETAL/PR

Curso *Controle da Qualidade*



Data: **10 e 11 de novembro de 2016**

Local: **SINDIMETAL/PR - Rua Ângelo**

Greca, 70 - Atuba - Curitiba

Horário: **Das 8h30 às 17h30**

Conteúdo Programático:

- ✓ Conceito de qualidade;
- ✓ Equipe de qualidade;
- ✓ Funções da equipe de qualidade;
- ✓ Ciclo PDCA;
- ✓ Área de inspeção;
- ✓ Defeitos X Não conformidades;
- ✓ Especificações internas, com níveis de tolerância aceitável;
- ✓ Brainstorming para solução de problemas;
- ✓ Relatório de não conformidades;
- ✓ Plano de Ação;
- ✓ Indicadores de qualidade.

Investimento:

- Associados do SINDIMETAL/PR:
*R\$ 150,00
 - Empresas Filiadas
*R\$ 210,00
 - Outros
R\$ 300,00
- * Mesmos valores para empresas associadas/filiadas de sindicatos parceiros.

Faça AQUI a sua inscrição.

INSCRIÇÕES ATÉ O DIA 04 /11/2016



Outras informações poderão ser obtidas no SINDIMETAL/PR, através do telefone (41) 3218-3935, ou e-mail sindimetal@sindimetal.com.br, com a Sra. Gisele Alves de Santana.



Greve na Scania chega ao fim, mas pode voltar

25/10/2016 – Diário do Grande ABC



A greve dos trabalhadores da Scania chegou ao fim ontem, após uma semana de duração. No entanto, hoje acontece plebiscito para confirmar o resultado da assembleia, que teve votação apertada.

Dependendo do que for definido, a paralisação pode ser retomada. A maioria dos funcionários da montadora aceitou a nova proposta da empresa, no entanto, hoje haverá tira-teima com votos individuais, ao longo do dia, em urnas localizadas no interior da fábrica.

A oferta, válida para dois anos, propõe reajuste salarial de 5%, retroativo a 1º de setembro (data base da categoria), mais abono de R\$ 4.000 pago em janeiro de 2017, além da recomposição integral do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) nos salários em 2017.

As principais mudanças em relação à proposta inicial são a extensão do período de estabilidade por mais três meses – até dezembro de 2017 –, a renovação dos contratos de trabalhadores temporários e a antecipação do pagamento de 50% do 13º salário do ano que vem em fevereiro. Os tópicos foram alinhados no fim de semana entre o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a direção da Scania.

De acordo com o diretor executivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Carlos Caramelo, a vantagem da oferta está nos outros aspectos contemplados, além do econômico. No entanto, ele afirma que a composição de 5% de aumento com o abono de R\$ 4.000 atinge os 9,62% de inflação, cuja correção era exigida pelos funcionários, apesar de não incorporar nos valores de férias, 13º salário e aposentadoria. Ele destaca os avanços sociais na proposta, como a aprovação da convenção coletiva.

“Conseguimos equiparar auxílio-creche para pais e mães, o que é importante, pois temos muitos pais que, por decisão judicial, ou por serem viúvos, cuidam sozinhos do filho.”

Para Caramelo, que também é operário da Scania, o plebiscito deve reforçar o resultado da assembleia. “A ideia é tirar dúvidas dos trabalhadores para garantir que o processo fique no campo democrático”. Se o resultado da votação mudar a posição da assembleia, o sindicato voltará a conversar com a empresa em busca de nova alternativa.

O acordo também garante um adicional nos salários, aplicado em janeiro de 2018 e 2019, com base na produção. Se for atingida a meta de 16 mil unidades de caminhões e ônibus anuais haverá aumento no valor de 0,5% nos salários a cada 1.000 unidades produzidas a mais.

Os dias parados serão incluídos no banco de horas do trabalhador. Apesar de o movimento ter cinco dias de duração, serão incluídos apenas quatro.

A Scania informou que a proposta aprovada em assembleia foi a melhor possível oferecida pela empresa, e que atende às necessidades de ambos os lados, considerando o atual cenário econômico.

Embraer coloca funcionários em férias coletivas em São José, SP

25/10/2016 – G1



Um grupo de funcionários da Embraer, fabricante de aeronaves com sede em São José dos Campos, entra em férias coletivas a partir desta segunda-feira (24). Segundo a

empresa, medida é para adequar produção à queda de demanda do mercado aeronáutico. A Embraer não informou o número de empregados afetados pela ação.

A medida atinge funcionários dos setores de montagem da aviação comercial e executiva da unidade de São José, que serão colocados em férias coletivas em grupos, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos. O primeiro grupo saiu no dia 3 de outubro e retorna no dia 1º de novembro. Os dispensados nesta segunda (24) voltam no dia 2 de novembro. Os demais devem voltar até o dia 30 de novembro.

Além de São José dos Campos, o sindicato afirmou que a medida também será aplicada na unidade de Botucatu. De acordo com a Embraer, as férias coletivas são uma antecipação das férias regulares dos empregados e todos os direitos serão pagos.

“Desde o início de agosto, a Embraer vem adotando uma série de medidas de redução de custos visando superar o cenário desafiador enfrentado hoje pela indústria aeroespacial e garantir a perenidade da empresa. A Embraer acredita e trabalha pela superação desse momento”, informou a empresa por nota.

Demissão voluntária

Além das férias, a empresa demitiu 1.642 funcionários que aderiram ao Plano de Demissão Voluntária (PDV). A medida era parte de um pacote de ações da fabricante de aviões, que prevê um corte de US\$ 200 milhões em despesas em 2016.

Foram abertos dois pacotes, o primeiro em agosto para o setor de produção, que desligou 1.463 funcionários da empresa; e outro em setembro que demitiu 179 do setor de engenharia e projetos.

Analistas tributários da Receita podem paralisar atividades até quarta-feira

25/10/2016 – Portal Contábil

Mais de oito mil analistas tributários da Receita Federal prometem cruzar os braços de hoje (24) até a próxima quarta-feira (26). Segundo o Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita), a paralisação é um protesto contra atos da administração da Receita Federal que, nas últimas semanas, teria interferido na tramitação do Projeto de Lei 5.864/2016, em análise na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. O projeto reestrutura a remuneração dos servidores da Carreira de Auditoria e institui programa de modernização e eficiência do órgão.

De acordo com o sindicato, o relatório final do substitutivo do Projeto de Lei 5.864/2016 pode ser votado amanhã (25), na Câmara dos Deputados. Para ao Sindireceita, a administração da Receita Federal prejudicou a tramitação do projeto e comprometeu a implementação do reajuste salarial dos servidores, definido em acordos assinados em março deste ano.

“Nas últimas semanas, a administração da Receita Federal tentou derrubar o substitutivo do Projeto de Lei 5.864/2016, com o objetivo de impor o texto original, que trouxe dispositivos que não foram negociados com o conjunto dos servidores e que contemplavam apenas os interesses do cargo a qual pertencem os administradores do órgão”, diz o sindicato.

“Se aprovada a proposta da administração da Receita Federal, será estabelecido o fim da atuação dos Analistas Tributários que hoje são os principais responsáveis por realizar as abordagens de veículos e pessoas, verificação de bagagens, bens e mercadorias com a utilização de scanners e apoio de cães de faro, amostragem de alvos, verificação de documentos, busca aduaneira, revistas pessoais, procedimentos

que resultam na apreensão anual de aproximadamente R\$ 2 bilhões de produtos ilegais e até mesmo na prisão de criminosos por todo o país”, diz o sindicato.

STF pode adiar julgamento sobre desaposentação

25/10/2016 – Jornal O Globo

Governo e trabalhadores preferem que discussão ocorra na reforma da Previdência



O Supremo Tribunal Federal (STF) pode adiar o julgamento das ações que tratam da desaposentação, que é o direito de o aposentado que voltou a trabalhar pedir a revisão do valor do benefício. A sessão está prevista para esta quarta-feira. O Supremo, porém, está sob pressão tanto das entidades representativas dos trabalhadores quanto do Executivo federal.

Este último teme o impacto de um aval do STF à desaposentação sobre as combalidas contas da Previdência Social, que poderia chegar a R\$ 200 bilhões a longo prazo. Por isso, emissários do Palácio do Planalto têm procurado os ministros do Supremo nas últimas semanas.

Do lado dos trabalhadores, foram apresentadas à Corte duas petições com o objetivo de retirar o assunto da pauta: uma do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) e outra da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobap).

Segundo fontes do STF, a tendência é que a presidente do Supremo, ministra Carmen Lúcia, mantenha o item na pauta, mas, antes do julgamento, apresente os pedidos aos ministros para que decidam de forma colegiada.

O governo tem operado, nos bastidores, pelo adiamento porque pretende fechar as brechas legais à desaposentação diretamente na Constituição. Para isso, os técnicos incluíram o tema na proposta de emenda constitucional (PEC) que vai alterar as regras de aposentadoria, como antecipou o GLOBO.

O texto deverá ser encaminhado ao Congresso em novembro, após a aprovação da PEC que cria o teto para os gastos públicos em segundo turno na Câmara dos Deputados.

ENTIDADE TEME AJUSTE FISCAL

Para um ministro do STF consultado pelo GLOBO, faz sentido adiar o julgamento se o assunto vai ser discutido na PEC. O processo começou a ser apreciado em 2014, e, até agora, a votação está empatada

— Essa questão é muito delicada. Pode gerar uma brutal insegurança jurídica. Além disso, ninguém sabe qual será o impacto real para as contas públicas — afirmou o ministro.

Os trabalhadores temem justamente que a decisão dos ministros seja influenciada pela conjuntura atual de penúria fiscal: “Isto se deve em razão da iminente reforma da Previdência, alardeada à exaustão pelo atual governo”, diz o pedido de adiamento

do Cobap. “(Na discussão da reforma) haverá a oportunidade de amplo diálogo com a sociedade”. A entidade defende ainda que a desaposentação é “um caminho sem volta”.

O receio do governo, ao contrário, é que o STF avalize a desaposentação — a exemplo do Superior Tribunal de Justiça (STJ) — e de uma forma ainda mais flexível, assegurando aos trabalhadores a revisão do valor do benefício com apenas uma única contribuição adicional. A União argumenta que isso resultaria num esqueleto multibilionário.

Segundo estimativas oficiais, o impacto pode se aproximar dos R\$ 200 bilhões. O cálculo considera toda a duração dos benefícios de um potencial grupo de segurados que teria direito à revisão.

Ministro lança programa de ajuda à produção industrial

25/10/2016 – Bem Paraná

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, estará em Curitiba, nesta quarta-feira (26), para lançar no Estado o programa Brasil Mais Produtivo, que oferece, em parceria com o Senai, consultorias para aumentar a produtividade de pequenas e médias indústrias de setores selecionados. O lançamento do Brasil Mais Produtivo acontece a partir das 10 horas, no Campus da Indústria do Sistema Fiep, no Jardim Botânico.

Baseado na metodologia de lean manufacturing, o programa é focado justamente na melhoria do processo produtivo, com o objetivo de ampliar em pelo menos 20% a produtividade das empresas participantes. Isso ocorre por meio de uma consultoria prestada pelo Senai, que propõe mudanças para que se evitem desperdícios, diminuindo custos de produção e aumentando a produtividade.

Até setembro de 2017, o Brasil Mais Produtivo pretende atender 3 mil indústrias em todo o país. No Paraná, serão atendidos 200 empreendimentos em três setores, selecionados a partir de estudos técnicos do MDIC: Moveleiro, no APL de Móveis de Araçongas; Metalmeccânico, no APL de Metalmeccânico de Curitiba; e Alimentos e Bebidas, no APL de Alimentos, bebidas, orgânicos, erva mate (Londrina, Maringá e Curitiba).

Ainda amanhã, o ministro Marcos Pereira participa do milésimo treinamento da Redeagentes, que também ocorre no Campus da Indústria. A iniciativa, que integra o Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE).

O que as empresas mais temem (e querem) em 2017

25/10/2016 – Exame

Segundo pesquisa, os comandantes das companhias do país estão mais confiantes na economia, mas cenário geral ainda é nebuloso. Veja o que eles mais temem

Os comandantes das empresas do país estão voltando a acreditar na economia. Atualmente, mais da metade deles (55,4%) se diz “levemente otimista” para o próximo ano. Em março, o humor que dominava era o de “levemente pessimista”, com 45,6% de representatividade.

Os números são de uma pesquisa que ouviu 178 líderes empresariais (entre presidentes e diretores dos departamentos de marketing, comercial e RH).

Ela foi elaborada pela AAPSA (Associação Paulista de Recursos Humanos e de Gestores de Pessoas), em parceria com as consultorias PwC e Allied Minds e concluído em setembro, mas só agora teve os resultados divulgados.

Apesar da melhora na confiança, o cenário geral ainda é nebuloso e há muitos fatores que os executivos temem.

Entre os pontos que mais assustam está a corrupção. Dos ouvidos, 47% acreditam que ela provocará um impacto negativo ou muito negativo nos negócios em 2017.

A inflação é outra preocupação. Enquanto 34% dos líderes creem em um efeito negativo ou muito negativo da alta generalizada de preços, outros 29% enxergam um pequeno impacto ruim. Na outra ponta, 31% pensam que a inflação trará efeitos positivos no próximo ano.

O nível de emprego inquieta na mesma proporção: 34% acreditam que ele terá efeitos ruins ou muito ruins. Já 20% estão otimistas quanto a este assunto.

A variação cambial também é temida por 24% dos respondentes.

E o consumo?

Os executivos participantes do estudo não estão tranquilos quanto a uma retomada do poder aquisitivo dos consumidores. Enquanto 28% deles acham que o ponto terá influências ruins nos negócios em 2017, 17% enxergam o assunto com otimismo.

Na mesma linha, o acesso ao crédito preocupa. Ele é apontado como um tema que terá impactos negativos nas empresas por 23% dos ouvidos, contra 14% que veem uma influência positiva.

Reformas

Aqueles que estão no topo das companhias brasileiras aposta na reforma trabalhista: 27% vislumbram efeitos positivos ou muito positivos da medida no próximo ano, enquanto 30% esperam consequências pouco positivas.

Outros 9% acham que a influência será negativa ou muito negativa, junto com 17% que enxergam impactos pouco negativos.

Eles também confiam na reestruturação da Previdência, mas com menos força: 19% esperam resultados positivos ou muito positivos, e 16%, pouco positivos. Do outro lado, 9% enxergam uma influência negativa da reforma, junto com 13% que acreditam que ela será pouco negativa.

Apesar disso, no geral, os executivos não se convenceram de que o governo conseguirá promover um ajuste econômico fiscal eficiente.

A maioria (26%) espera efeitos negativos ou muito negativos das mudanças nesse sentido e 25% acreditam em impactos pouco negativos. No time dos otimistas, 22% preveem resultados positivos ou muito positivos dos ajustes e 20%, pouco positivos.

Outro impeachment?

A maior parte dos entrevistados (31%) estão certos de que a crise política continuará em 2017. Outros 42% creem em uma manutenção parcial do problema no próximo ano.

Apesar disso, 53% duvidam da possibilidade de haver uma nova ruptura institucional no ano que vem.

Do lado de dentro

Olhando para dentro dos negócios, 47% dos executivos acreditam que seu segmento deve apresentar algum crescimento no próximo ano. Para 2018, a parcela dos confiantes é de 74% e, para 2019, de 86%.

Os otimistas são, principalmente, representantes dos setores de energia elétrica e agropecuária.

Já entre os pessimistas, 27% acham que terão alguma retração em 2017. Para 2018, a parcela é de 11% e, para 2019, de 4%.

Eles são representantes, principalmente, de instituições financeiras.

No próximo ano, os presidentes de empresa estarão focados especialmente nas vendas, em ofertas novos produtos e serviços e em cuidar do fluxo de caixa e de novos mercados.

Para atrair e engajar as pessoas certas, eles estão apostando em uma gestão eficaz de desempenho, estabelecendo uma cultura e comportamentos no local de trabalho e focando nas habilidades e capacidade de adaptação dos funcionários.

Entre os pontos que, na visão deles, ameaça o crescimento de seus negócios, estão principalmente o aumento da carga fiscal, a resposta do governo ao déficit fiscal e ao peso da dívida, a falta de confiança nos negócios e a instabilidade social.

Do outro lado, os líderes pensam que um sistema de impostos claramente compreensível e estável; uma força de trabalho habilidosa, educada e adaptável e uma infraestrutura física e digital adequada são os principais motores para fazer a sociedade avançar.

Perfil das empresas

Os executivos que participaram da pesquisa comandam empresas nacionais (63%), com uma equipe de 100 a 499 funcionários no caso de indústria e de 50 a 99 funcionários no caso de serviços (52% do total) e que faturam de 16,1 milhões de reais a 90 milhões de reais (30%).

Fábrica da BMW em Manaus inicia produção de motocicletas

25/10/2016 – Canal Executivo

A BMW Motorrad anuncia o início oficial da operação da nova fábrica do BMW Group em Manaus (AM), a primeira unidade própria 100% do BMW Group para manufatura de motocicletas fora da Alemanha. A nova unidade fabril contou com um investimento de cerca de 10,5 milhões de euros.

O primeiro modelo a ser produzido na nova fábrica em Manaus foi a BMW F 700 GS. Além dela, ainda neste ano serão produzidas localmente as motocicletas BMW F 800 GS, BMW F 800 GS Adventure, BMW F 800 R, BMW R 1200 GS, BMW R 1200 GS Adventure, BMW S 1000 R, BMW S 1000 RR e BMW S 1000 XR.

Com capacidade de 10.000 motocicletas por ano inicialmente, a nova unidade já foi responsável pela contratação de mais de 175 colaboradores e conta ainda com mais de 45 fornecedores locais, números que podem aumentar de acordo com o crescimento da demanda.

"O BMW Group vem expandindo sua produção de motocicletas globalmente, visando o crescimento sustentável de nosso negócio. O Brasil segue como um mercado importante para esta estratégia e vemos um ótimo potencial no País em médio e longo

prazo, o que justifica termos escolhido Manaus para a construção de nossa primeira fábrica de motocicletas 100% BMW Group fora da Alemanha", comenta Stephan Schaller, presidente da BMW Motorrad.

"Estamos muito orgulhosos que a BMW Motorrad atingiu a liderança do mercado acima de 500 cc neste ano e ainda mais de ter iniciado a produção na nova fábrica no Brasil, que se soma à unidade produtiva de automóveis do BMW Group, em Araquari. Estes fatores são fundamentais para seguirmos crescendo de forma sustentável no País, com foco no médio e longo prazo, e mostram o nosso compromisso com o Brasil", destaca Helder Boavida, presidente e CEO do BMW Group Brasil.

Erguida em uma área de aproximadamente 10.000 metros quadrados, a fábrica levou cerca de 9 meses para ser concluída e conta com equipamentos de última geração, além de uma equipe de colaboradores altamente treinada e apta a garantir os mesmos níveis de qualidade premium encontrados em outras unidades produtivas do BMW Group.

"A BMW Motorrad Brasil foca sua estratégia no crescimento sustentável, baseado no potencial do mercado nacional. Estimamos, com nossa produção local, colaborar para aumentar significativamente nossas vendas no próximo ano. E, iniciada com a BMW F 700 GS, a produção nacional garante ainda mais disponibilidade e rápido tempo de reação para atender à demanda local, o que será importante para o sucesso do nosso negócio no Brasil", ressalta Peter Vogel, diretor de produção da fábrica BMW Motorrad em Manaus.

BMW Group

Com suas marcas BMW, MINI e Rolls-Royce, o BMW Group é o fabricante líder mundial de automóveis e motocicletas premium, além de oferecer serviços financeiros e de mobilidade diferenciados. Como uma empresa global, o BMW Group opera 30 instalações de produção e montagem em 14 países e comercializa seus produtos em mais de 140 nações.

Em 2015, o BMW Group vendeu cerca de 2.247 milhões de automóveis e 137.000 motocicletas em todo o mundo. O lucro antes dos impostos para o ano contábil de 2015 foi de 9,22 bilhões de euros, sobre uma receita de 92,18 bilhões de euros. Em 31 de dezembro de 2015, o BMW Group contava com 122.244 colaboradores.

ARTIGO: Acordo marítimo com o Chile é resquício de política ultrapassada

25/10/2016 – CNI



De acordo com o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, não há argumento técnico que justifique a manutenção do acordo, em vigor desde 1975.

O conselho de ministros da Camex (Câmara de Comércio Exterior) decidiu, em 28 de setembro, pela denúncia do acordo marítimo entre o Brasil e o Chile, mas permitiu um período de carência de 30 dias para que órgãos do governo possam apresentar fatos relevantes favoráveis à manutenção desse instrumento.

A CNI (Confederação Nacional da Indústria) defende que o encerramento desse acordo

se dê até o fim de outubro, de acordo com o prazo estipulado. Não há argumento técnico que justifique sua manutenção. Os únicos interessados na sua existência são aqueles que lucram com a ineficiência e a burocracia, ou seja, com o atraso do país. Se o objetivo do governo brasileiro é destravar a economia e impulsionar o comércio exterior, a Camex precisa confirmar sua decisão.

Na década de 1970, no auge da política de substituição de importações, o Brasil negociou uma série de acordos de "reserva de cargas". O objetivo era estimular uma indústria nascente de transporte marítimo, ao permitir que somente empresas com navios de bandeira brasileira e do outro parceiro pudessem transportar cargas naquela rota específica.

Vinte anos depois, o próprio governo brasileiro reconheceu que esse modelo de reserva de carga e de mercado para o transportador marítimo não havia surtido efeito. Como consequência, abandonou ou modificou a maior parte desses tratados.

O acordo com o Chile, que entrou em vigor em 1975, é um resquício pernicioso dessa política ultrapassada. O transporte terrestre de mercadorias entre o Brasil e o mercado chileno, além de caro ou economicamente inviável, é seriamente comprometido pelo inverno na Cordilheira dos Andes. Assim, a rota marítima é a única opção prática e rentável para as mais de 3.600 empresas exportadoras e quase 1.200 importadoras brasileiras que dependem desse comércio.

Apesar de o Chile ser o sétimo maior mercado de exportação geral e de manufaturados do Brasil, com uma corrente de comércio que atingiu US\$ 7,5 bilhões em 2015, e de termos superavit com esse parceiro comercial há uma década, o acordo existente criou um duopólio no transporte marítimo.

Hoje, na movimentação de contêineres, há apenas duas empresas operando oito navios nessa rota –um número irrisório, perto, por exemplo, dos quase 30 navios que operam na rota para o Peru, um mercado menor para as exportações brasileiras quando comparado com o chileno.

Além disso, essas duas empresas –uma brasileira e outra chilena– estão longe de ser "indústrias nascentes". Ambas são controladas por multinacionais do transporte marítimo, respectivamente 6ª e 8ª no ranking mundial e com um total de quase 300 navios só para contêineres.

Na prática, portanto, as quase 5 mil empresas do país que sustentam, de acordo com dados do próprio governo, 198 mil empregos vinculados ao comércio com o Chile, ficam à mercê de um duopólio.

O resultado é que, apesar de haver no mundo um cenário de sobreoferta de navios e de valor de frete internacional historicamente baixo, o exportador do Brasil paga um frete abusivo. O motivo é a falta de concorrência na oferta do serviço de transporte marítimo.

Os setores mais afetados da economia brasileira são de alto valor agregado e grandes geradores de emprego, renda e inovação, como agroindústria, automotivo, cerâmica, cosméticos e higiene, eletroeletrônico, máquinas e equipamentos, papel e celulose, e químico.

CUSTO DO TRANSPORTE - A distorção gerada por esse acordo é ainda mais grave quando se analisa o contexto no qual opera a indústria. Em junho passado, a CNI publicou a última versão de sua pesquisa sobre os desafios à competitividade das exportações brasileiras. O levantamento, realizado com os exportadores de todos os portes e regiões do Brasil, é o diagnóstico mais amplo sobre o tema já feito no país.

Diante do ajuste cambial promovido pelas crises econômica e política de 2015 e 2016, a taxa de câmbio deixou de ser o principal obstáculo às vendas brasileiras no mercado internacional. Como consequência, problemas estruturais do comércio exterior do Brasil vieram à tona.

Hoje, o maior entrave às exportações do país é o custo do transporte. Nele, estão embutidas três questões principais: a baixa qualidade da infraestrutura, de rodovias, ferrovias e hidrovias; os custos portuários e aeroportuários, incluindo aqueles relacionados à mão de obra e a taxas, tarifas e encargos cobrados dos exportadores; e o frete internacional.

Os dois primeiros problemas são razoavelmente conhecidos, mas o terceiro deles é o que apresenta um renovado desafio à indústria exportadora: a existência desses acordos marítimos entre o Brasil e alguns de seus principais parceiros comerciais.

A denúncia do acordo com o Chile está em discussão pelo setor privado e o governo há quase dois anos. Todos os argumentos já foram apresentados e analisados.

Tentando deixar para trás a mais grave recessão da nossa história, não podemos mais nos dar ao luxo de perder oportunidades para voltar a crescer. Por essa razão, a indústria precisa de liberdade de mar para prosperar. A hora de extinguir o acordo marítimo entre Brasil e Chile é agora.

Atividade da indústria da construção tem queda em setembro, diz CNI

25/10/2016 – Tribuna PR

A atividade e o emprego da indústria da construção registraram queda em setembro. De acordo com a Sondagem Industrial da Construção, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o nível de atividade da indústria da construção atingiu 41,5 pontos em setembro, contra 41,8 pontos no mês anterior.

A pesquisa considera queda números abaixo de 50. A atividade também está abaixo da usual: o índice de setembro ficou em 38,5 pontos, 0,8 ponto acima do de agosto. Valores abaixo de 50 indicam nível de atividade abaixo do usual.

O indicador do número de empregados permaneceu praticamente estável em setembro, com 39,7 pontos (ante 39,6 no mês anterior), ainda no patamar que indica retração. O uso da capacidade instalada subiu levemente em setembro, de 56% em agosto para 57%.

Os índices de satisfação com a margem de lucro operacional e com a situação financeira apresentaram leve melhora no terceiro trimestre em relação ao segundo, mas ainda dentro da margem de erro.

O primeiro passou de 30,6 para 32,3 pontos e, o segundo, de 34,2 para 35 pontos. Valores abaixo de 50 indicam insatisfação. A avaliação da facilidade de acesso ao crédito passou de 26,3 para 28,0 pontos.

A intenção do empresário da construção em investir aumentou de 26,9 pontos para 28,8 pontos – quanto maior o valor, maior a propensão em investir. A expectativa em relação aos próximos seis meses, porém, ainda é de queda na atividade (45,2 pontos) no número de empregados (43,3 pontos) e na compra de matérias-primas (44,6 pontos).

Os principais problemas apontados pelas empresas continuam sendo a demanda insuficiente, elevada taxa de juros e alta carga tributária.

Sebrae qualifica trinta empresas

25/10/2016 – Bem Paraná

O Sebrae/PR, em parceria com o Centro de Desenvolvimento de Pequenas Empresas dos Estados Unidos (SBDC, na sigla em inglês), criou o Projeto Piloto de Inteligência Comercial Internacional - SBDC/Global. Por meio do projeto, que contou com a participação de empresas de sete estados brasileiros nessa primeira fase, 30 empresas paranaenses foram selecionadas para fazer parte de uma Central de Oportunidades, que consiste em uma plataforma global de negócios para aproximar pequenas empresas brasileiras e internacionais, com a finalidade de promover negócios, parcerias e investimentos.

De acordo com o consultor especialista no tema, Amilcar Badotti Garcia, essas parcerias propiciaram, ainda, a participação em feiras, eventos e rodadas de negócios. Outro ganho é o conhecimento das normas do comércio exterior.

Brasil tem forte entrada de capital, diz IIF

25/10/2016 – Tribuna PR

O Brasil é destaque neste mês entre os países emergentes em atração de recursos de investidores estrangeiros, especialmente para as ações, afirmou ontem o Instituto Internacional de Finanças (IIF), formado pelos 500 maiores bancos do mundo e com sede em Washington.

Só na renda variável, o mercado brasileiro atraiu US\$ 800 milhões em pouco mais de dez dias, enquanto outros mercados, como África do Sul, Coreia e Tailândia registram fuga de capital.

O IIF notou que o apetite por risco de estrangeiros em mercados emergentes teve uma pausa neste mês, a partir do dia 5, depois de fortes ingressos nos últimos meses.

A saída durou até o último dia 17, com países como África do Sul, Índia e Tailândia registrando perda de recursos, que somaram ao todo US\$ 4,3 bilhões. Ao mesmo tempo, o Brasil não sentiu reflexos desse movimento e recebeu US\$ 800 milhões apenas entre os dias 5 e 17, praticamente tudo para investimento em bolsa.

Sobre o Brasil, o IIF nota que a economia está saindo de uma “longa e forte” recessão, o Banco Central começou um ciclo de corte de juros e o presidente Michel Temer tem tido sucesso em aprovar algumas medidas no Congresso.

Brasil precisa progredir em medidas contra terrorismo financeiro, diz Gafi

25/10/2016 – Tribuna PR

O Grupo de Ação Financeira Internacional (Gafi), um órgão que estabelece padrões contra práticas de lavagem de dinheiro, elogiou o Brasil por tomar medidas para melhorar a legislação contra o terrorismo financeiro, mas também disse que o País deve considerar “novas medidas” caso as falhas não sejam resolvidas até fevereiro de 2017.

O Gafi também chamou o Brasil no começo do ano, dizendo na ocasião que estava “profundamente preocupado” com as falhas do país em decretar leis contra o terrorismo financeiro.

“Ainda existe um número de falhas que o Brasil precisa resolver para atingir um nível satisfatório de conformidade com os padrões do Gafi”, diz um comunicado emitido na

última sexta-feira, ameaçando maior condenação caso um progresso suficiente não for feito até fevereiro de 2017.

Os países que falham em implementar os padrões do Gafi sobre políticas contra lavagem de dinheiro e terrorismo financeiro correm o risco de serem rotulados como nações de alto risco ou como jurisdições não cooperativas, tornando mais difíceis as transações financeiras entre esses países e sistemas bancários de nações que são membros do órgão.

Porcentual de cheques devolvidos atinge 2,19%, diz Serasa

25/10/2016 – Tribuna PR

O porcentual de cheques devolvidos por falta de fundos do total de emissões atingiu 2,19% em setembro, segundo maior nível para o nono mês do ano da série histórica iniciada em 1991, informou o Serasa Experian nesta segunda-feira, 24. Em agosto, o nível estava em 2,18%. Já em setembro do ano passado, o índice de devoluções sobre emissões havia ficado em 2,21%.

Em setembro, em números absolutos, foram compensados 48.023.107 cheques e 1.050.504 foram devolvidos pela segunda vez por insuficiência de fundos. No acumulado do ano, o porcentual também bateu recorde na série histórica, com 2,34% de cheques devolvidos por falta de fundos, contra 2,21% no mesmo período de 2015.

Na divisão por regiões, o Nordeste ficou na liderança das devoluções de cheques (4,57%), seguido de Norte (4,42%), Centro-Oeste (3,08%), Sul (2,03%) e Sudeste (1,93%). Entre os Estados, o mais inadimplente foi o Amapá (17,02%) e o menor porcentual ficou com São Paulo (1,78%).

O patamar elevado de inadimplência, segundo afirmam os economistas da Serasa Experian em nota, se deve aos “impactos do desemprego e da inflação sobre o poder de compra”.

Redução dos juros básicos pelo BC divide analistas de mercado

25/10/2016 – Gazeta do Povo

Corte de 0,25 ponto porcentual na taxa de juros mostra confiança de que a inflação chegará ao centro da meta entre 2017 e 2018. Mas, retrospecto de previsões é ruim e ação não é unanimidade no mercado



O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) decidiu, na semana passada, cortar a taxa básica de juros em 0,25 ponto porcentual, levando a Selic a 14% após quatro anos sem alívio. A decisão foi influenciada, basicamente, na confiança de que a inflação deve convergir para o centro da meta de 4,5% entre 2017 e 2018, mas o retrospecto das projeções do BC – e também do mercado – mostra que a taxa de acerto é baixa.

Desde 2009, as previsões do governo e das instituições privadas para a inflação do ano seguinte foram bem mais otimistas do que a realidade se revelou. Na prática,

houveram erros sistemáticos nas projeções, sempre para menos, em comparação ao IPCA registrado no ano posterior.

A diferença entre o previsto e a realidade foi desde 0,7 pontos percentuais, como na análise feita em 2013 para 2014, até 4,6 pontos percentuais, na projeção de 2014 para o ano seguinte.

Vem mais por aí

Apesar das divergências, é consenso entre os analistas de que o BC deverá promover um novo afrouxamento dos juros na próxima reunião do Copom, marcada para novembro. As opiniões se dividem em um novo corte de 0,25 ponto percentual até uma redução maior de até 0,5 ponto percentual.

Na prática, isso mostra que há sete anos o BC e o mercado têm uma percepção exageradamente positiva sobre a desaceleração dos preços. A dúvida é se o corte de juros feito agora pela gestão de Ilan Goldfajn vai tomar novamente este caminho, que compromete a eficácia do sistema de metas de inflação.

Há pelo menos três teses no mercado. A mais forte vai justamente com a tese de o corte foi conservador demais e que havia espaço para mais. Os analistas que apoiam esta ideia acreditam que o ajuste fiscal do governo já está bem encaminhado e que há pouco risco de as reformas serem frustradas.

“Em vista aos indicadores econômicos vigentes neste momento no Brasil, reforçamos que havia sim espaço para um corte de 0,5 e consideramos o corte de 0,25 modesto, dada a base atual de juros e pouco eficaz em termos macroeconômicos. A cautela do BC tem como base a questão fiscal e um provável conservadorismo em relação à direção da atual inflação”, afirmou o economista-chefe da Infinity Asset, Jason Vieira.

A equipe do Bradesco, chefiada pelo diretor de pesquisas e estudos econômicos, Octavio de Barros, avalia que o BC optou pelo corte menor por querer minimizar o risco de que a inflação fique acima de 4,5% em 2017 e por entender que os riscos para a atividade, de um corte moderado nos juros, são baixos.

“Na nossa visão, inclusive, como a política econômica está sendo reorganizada, é muita alta a chance de que a inflação responda efetivamente ao hiato da economia e desacelere de maneira importante no próximo ano”, disse o Bradesco.

No comunicado, o BC demonstrou preocupação principalmente com a inflação de serviços persistente e também com a chance de o ajuste fiscal não se concretizar. Por este motivo, outro grupo de analistas acredita que o Copom acertou ao propor um corte gradual e moderado dos juros.

Para André Perfeito, economista-chefe da Gradual Investimentos, não houve surpresas no corte. “O Copom mandou um recado ao governo: vocês estão no caminho certo, mas eu preciso de mais. A dúvida reside sobre a capacidade de efetivamente o governo entregar os ajustes”, afirmou.

Economista da Órama Investimentos e professor do Ibmeq, Alexandre Espírito Santo, avalia que a decisão do BC foi acertada.

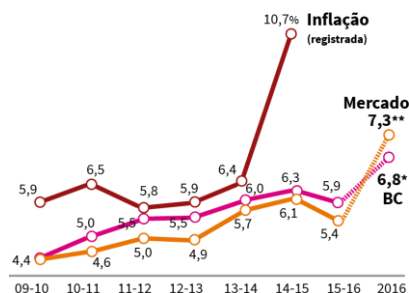
“Esperávamos esse início de ciclo de queda com esses 25 pontos, o que demonstra uma cautela adequada por parte do BC, já que a inflação ainda está muito acima da meta. Nossa projeção é que na próxima reunião, de novembro, o comitê já possa ser um pouco mais ousado e promova uma redução maior, de 0,5 [ponto percentual], e que se estenderá ao longo de 2017”, afirmou.

Uma terceira vertente, menos popular do que as anteriores, é a de que o corte nos juros é prematuro, pouco contribuirá para a expansão da atividade e promoverá uma descida menor e menos duradora da inflação.

Em artigo publicado no jornal **Valor Econômico**, o economista-chefe do Credit Suisse, Nilson Teixeira, citou, além das incertezas em torno do ajuste fiscal, o déficit primário acima de 2% do PIB devendo durar até o fim da década. "Assim, parece-me que seria mais apropriado iniciar um longo e expressivo ciclo de afrouxamento monetário apenas quando a inflação estivesse próxima do centro da meta", escreveu.

Sem mira

Desde 2009, as projeções do Banco Central e do mercado para a inflação têm ficado bem distantes da realidade que se mostra no ano seguinte.



Brasil é visto como exportador de corrupção

25/10/2016 – Tribuna PR

O caso da Embraer é um "forte sinal" de que outras empresas brasileiras envolvidas em atos de corrupção no exterior poderão começar a ser punidas. Na avaliação do representante da Transparência Internacional no Brasil, Bruno Brandão, o Brasil é visto no mundo como um "exportador de corrupção".

Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista:

A fiscalização contra a corrupção no Brasil é ineficiente?

Desde que o Brasil assinou a convenção anticorrupção da OCDE, em junho de 2000, foram poucas as empresas que sofreram as sanções previstas em caso de práticas de suborno transnacionais. Isso deixou o Brasil com uma imagem de exportador de corrupção. São várias instâncias que não agem, não por falta de interesse, mas por incapacidade de atuação, por causa da enorme quantidade de investigações internas em andamento.

O caso da Embraer pode ter impacto sobre outras empresas nacionais?

É um sinal fortíssimo, e os empresários já temem um efeito dominó com os desdobramentos da Operação Lava Jato. Essa é a primeira vez que uma grande empresa brasileira é punida por práticas irregulares durante prospecções de negócios no exterior. O mercado global não tolera mais esse tipo de conduta, principalmente as autoridades nos EUA.

Como aumentar a fiscalização?

Defendemos a internacionalização da Lava Jato. Vários países onde as empresas brasileiras operam, em especial na América Latina e na África, têm um ambiente de permissividade muito alto, com instituições frágeis e incapazes de levar adiante qualquer investigação.

Presidente da Petrobras diz que alta da gasolina em postos é 'decepcionante'

25/10/2016 – Bem Paraná

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, afirmou nesta segunda-feira (24) que foi decepcionante que a redução do preço da gasolina anunciada pela estatal na semana passada não tenha chegado às bombas para o consumidor final. Parente deu a declaração durante coletiva na Rio Oil & Gas, feira do setor do petróleo, no Rio.

Segundo o executivo, características de mercado do segmento foram determinantes para que a redução dos preços não chegasse na mesma proporção ao consumidor final. Ele ressaltou, contudo, que o mercado de distribuição de combustíveis no varejo funciona com preços livres e que a Petrobras não tem ingerência sobre quanto donos de postos de combustíveis cobram pelo produto.

"Deixamos claro que existiam fatores que independem da nossa vontade para a queda dos preços. De certa forma é decepcionante. Era uma expectativa justa que tivesse acontecido, mas não há nada que possamos fazer a respeito.

Os preços são livres", disse. No último dia 14, a Petrobras divulgou redução de 2,7% nos preços do diesel e de 3,2% para a gasolina. A redução entrou em vigor para o combustível vendidos nas refinarias da estatal. Até chegar ao consumidor final, é incluso o custo de transporte e também o preço do álcool adicionado nas bombas. Apesar do corte, os brasileiros não verificaram diferença significativa nas bombas.

Ônibus autônomo se torna alternativa viável para transporte público

25/10/2016 – Gazeta do Povo



Movido a energia elétrica, ele pode, além de transportar, conversar com seus passageiros. Assim é o "Olli", ônibus autônomo que começou a circular, recentemente, nas ruas de Washington, Estados Unidos. Ainda em fase de testes, o veículo deve estar pronto para rodar pelas ruas em um ano. As informações são da [CNN](#).

Desenvolvido pela Local Motors, o ônibus tem capacidade para levar até 12 pessoas, e inicialmente deverá suprir demandas de transporte público em áreas fechadas. Universidades e aeroportos, por exemplo, serão os primeiros locais a receberem a novidade, antes que ela seja aprovada para funcionar em áreas de grande tráfego.

O Olli é o primeiro automóvel a incorporar a tecnologia cognitiva "Watson", da IBM, que torna o veículo capaz de interagir com humanos por meio de comandos de voz. Desse modo, os passageiros poderão perguntar e responder questões, que vão de dúvidas sobre o itinerário a dicas a respeito do local de destino.

"Muitas empresas estão trabalhando em veículos autônomos. Esperamos sermos os primeiros a tornar isso real", projeta o CEO da Local Motors, Jay Rogers, em entrevista à CNN.

Tecnologia

Para funcionar sem um motorista, o Olli utiliza um sistema de sensores de laser, o mesmo utilizado pelos carros autônomos do Google. O ônibus também inclui sensores para supervisão remota, monitoramento de velocidade e precauções de segurança, como um sensor frontal que para o veículo automaticamente caso ele entre contato com algo.

Os criadores do Olli esperam que a interface vocal exclusiva do sistema ajude a quebrar barreiras e faça com que as pessoas aceitem mais os robôs. "Pensamos no desenvolvimento de relações entre passageiro e máquina da maneira mais natural possível", diz Bret Greenstein, vice-presidente da IBM.

Para o futuro, a Local Motors projeta uma integração de Watson com os perfis dos passageiros nas redes sociais, para oferecer uma interação mais personalizada.

Porsche cresce acima de 40% e quer elevar o Brasil no ranking da marca

25/10/2016 – DCI

Mesmo com a recessão e a queda aproximada de 23% das vendas no mercado de automóveis, a marca alemã pretende encerrar o ano com crescimento; segmento de SUV segue como destaque.



A montadora oferece no País todos os modelos de seu portfólio (produzidos principalmente em Stuttgart), exceto veículos híbridos e a diesel.

Em meio à crise que atinge a economia como um todo, a Porsche está crescendo acima de 40% no Brasil. Em entrevista ao DCI, a montadora revela que o objetivo é elevar o mercado brasileiro no ranking global da companhia.

"Temos conseguido bons resultados com os lançamentos que fizemos, além da abertura de três novas concessionárias neste ano. Acreditamos no potencial do mercado brasileiro", afirma o diretor de vendas da Porsche Brasil, Heinz Moreira.

A primeira imagem que provavelmente vem à cabeça do brasileiro quando se fala da marca é um carro superesportivo, com motor roncando e cores chamativas.

Contudo, os números mostram uma realidade um pouco diferente. O grande volume de vendas do selo é de utilitários esportivos (SUV, na sigla em inglês), categoria que mais cresce no País e que a cada dia ganha novos concorrentes, inclusive no segmento de luxo.

No caso da Porsche, o Cayenne é o campeão de vendas da marca no mercado brasileiro e não sai por menos de R\$ 380 mil.

"Nosso volume de vendas no País vem da participação importante do Cayenne e do Macan no segmento SUV. Mas os novos lançamentos de modelos esportivos também estão contribuindo para o bom resultado da empresa", acrescenta Moreira.

Em 2015, a Porsche encerrou o ano com vendas estáveis em relação ao período anterior. Já no acumulado de janeiro a setembro de 2016, a montadora obteve crescimento de 44%. "Apesar de não revelarmos metas, mantemos a projeção de expansão para o ano", garante o executivo.

Crise

As vendas de automóveis recuaram 23% no acumulado até setembro, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). As importadoras representadas pela Abeifa reportaram queda ainda mais expressiva, de 42% na mesma base de comparação.

E apesar da Porsche atuar no segmento de luxo, a montadora admite que a crise atinge a todos, em maior ou menor grau. "Para superar o cenário, a empresa terá foco em novos lançamentos, além da expansão da rede de concessionários", diz Moreira. "Ao mesmo tempo, vamos oferecer o melhor e mais exclusivo serviço para nossos clientes."

A Porsche passou a ter uma subsidiária no Brasil a partir do ano passado. Até então, as vendas da marca eram feitas pela importadora Stuttgart Sportcar, que se tornou sócia da montadora: na joint venture, a Porsche tem 75% do negócio e, a Stuttgart, 25%.

Atualmente, a Porsche tem nove concessionárias no País. "A partir de 2017, o fornecimento de peças genuínas à rede será de responsabilidade da Porsche Brasil. Com isso, garantimos um pronto atendimento", destaca Moreira.

Diante das oscilações do dólar, o executivo garante que não houve reajuste de preços. "Mesmo com as constantes mudanças cambiais, a Porsche não tem aplicado reajustes no Brasil por um longo período. Estamos tentando manter os preços de nossos produtos estáveis", comenta.

Ainda que a montadora apresente um crescimento exponencial, concorrentes de peso seguem apostando no mercado brasileiro, especialmente no segmento SUV.

"Chegamos com o intuito de nos aproximar ainda mais dos diversos públicos importantes para a marca. O sonho de ter um Porsche ficou mais próximo", pontua Moreira.

MWM fornecerá mais motores à Jacto em 2017

25/10/2016 – Automotive Business



A **MWM** amplia o fornecimento de seus motores para a Jacto, fabricante de equipamentos e máquinas agrícolas, como pulverizadores, colhedoras e adubadoras dedicados à agricultura de precisão. Desta vez, a empresa equipará os pulverizadores Uniport 200 Plus, da Série 10, com propulsores de 126 cv de potência. Os motores começam a ser entregues ao cliente no primeiro semestre de 2017: todos atendem a legislação de emissões MAR I.

As empresas mantêm uma parceria entre fornecedora e fabricante há 18 anos, período em que já foram entregues cerca de 5 mil motores.

“A ampliação do contrato com a Jacto é motivo de muito orgulho para toda a família MWM, pois demonstra que estamos no caminho certo, atendendo as necessidades dos nossos clientes, de forma otimizada, com produtos de qualidade, robustos e que atendem as novas exigências da legislação brasileira”, destaca o diretor de vendas e marketing para motores e peças da MWM, Thomas Püschel.

“A Jacto é uma grande parceira da MWM. Estamos satisfeitos com a evolução dos nossos negócios, onde vislumbramos um relacionamento de longo prazo, considerando tanto o fornecimento de produtos para o mercado local, quanto para exportação.”

Peugeot 308 e 408 agora só têm motor turbo

25/10/2016 – Automotive Business



A **Peugeot** passa vender todas as versões da linha 2017 do hatch médio **308** e do sedã médio **408** equipadas unicamente com o **motor 1.6 THP Flex**, turboalimentado e bicombustível de 173 cv, acoplado a câmbio automático sequencial de seis marchas. Esse conjunto até agora só estava disponível para os modelos topo de gama da marca. Com isso, deixam de ser vendidas as opções com propulsor aspirado 2.0 de 151 cavalos.

Agora só com motorização turbinada e câmbio automático, a linha 2017 do sedã 408 passa a ser vendida em versão única topo de linha, a Griffé THP, por R\$ 93.590. Já o hatch 308 tem duas opções: a Allure THP custa R\$ 85.490 e a Griffé THP, R\$ 91.490, todas com teto panorâmico de vidro.

Para deficientes físicos, estão disponíveis as versões 308 Allure Business THP e 408 Business PRO, ambas por R\$ 69.990. Os dois modelos e seu motor são montados na Argentina pelo Grupo PSA.

A Peugeot adota o 1.6 turbinado THP em toda sua linha vendida no Brasil, incluindo também versões do 208, 2008 e 3008. Bastante elástico e com pegada esportiva, o motor foi desenvolvido na Europa e é fruto de parceria entre PSA e BMW.

Vem sendo usado em modelos BMW, Mini, Peugeot e Citroën desde 2006, quando foi iniciada a produção da família, que tem como principais características a injeção direta de gasolina (ou etanol, no caso brasileiro) e a turboalimentação. No Brasil, a Peugeot estreou o THP em 2010, com o 3008 importado, e a partir de 2014 lançou a versão bicombustível flex etanol-gasolina.

Pan e Votorantim pedem anulação de recuperação judicial da Viver

25/10/2016 – UOL Economia

Os bancos Votorantim e Pan entraram na Justiça com pedidos para que a recuperação judicial da Viver seja anulada, seguindo um pleito já feito por Santander e China Construction Bank (CCB). Para ambos os bancos, a Justiça deve considerar a situação financeira de cada sociedade de propósito específico da Viver, que conta com 64 das chamadas SPEs.

O Pan argumenta, por meio de seus advogados, que a blindagem dos ativos de

empreendimentos imobiliários, estrutura conhecida como patrimônio de afetação, tem como objetivo proteger consumidores, financiadores e fornecedores. A instituição é credora da Viver em R\$ 20,6 milhões por meio de cédulas de crédito bancário.

O Votorantim também afirma que a recuperação judicial deve seguir a condição de cada empresa individual da Viver. O banco, porém, não deixa claro se tem créditos em patrimônio de afetação. A instituição diz que houve, em garantia ao crédito concedido, alienação fiduciária das cotas de três empresas tomadoras de empréstimos, a InPar Projeto 44, Viver Bosque SJP SPE 91 e a Altos de Umarizal 64.

Bruxelas pede a Volkswagen garantias adicionais para clientes europeus

25/10/2016 – Isto É Dinheiro

A Comissão Europeia pediu à fabricante alemã Volkswagen garantias adicionais para seus clientes europeus afetados pelos motores a diesel manipulados, informou nesta segunda-feira o executivo europeu.

"Queremos que a Volkswagen garanta, de uma maneira legalmente vinculante e sem limite de tempo, que as reparações funcionarão e não terão efeitos negativos", explicou à AFP um responsável da Comissão.

O executivo quer que o gigante alemão adote medidas de "compensação voluntária" e abra a possibilidade de uma devolução dos veículos afetados, em alguns casos, segundo a mesma fonte.

O "plano de atuação" proposto por pelo construtor em setembro, um ano depois do escândalo, não propõe "nenhuma provisão específica" sobre como "minimizar os danos" para os clientes afetados, lamenta a comissária europeia de Justiça e Consumo, Vera Jourova, em uma carta a um executivo da Volkswagen, Francisco Javier García Sanz.

A comissária estima que o grupo alemão, cujo plano de atuação não menciona contribuições financeiras para os consumidores, deverá oferecer "vantagens adicionais".

A Volkswagen comemorou "o diálogo" com Jourova, com quem espera discutir "muito em breve as próximas etapas e os detalhes do plano de atuação", indicou o grupo. A comissária europeia e García Sanz devem reunir-se novamente na quinta-feira em Bruxelas.

Meirelles faz maratona nos tribunais e com empresários pela PEC dos gastos

25/10/2016 – Isto É Dinheiro



Com crescimento das críticas à PEC do Teto dos Gastos, depois da votação em primeiro turno na Câmara dos Deputados, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, marcou pressão nas últimas semanas para diminuir as resistências ao principal projeto do governo Michel Temer para pôr as contas públicas em trajetória sustentável nos próximos anos. Meirelles intensificou as reuniões com os presidentes dos tribunais e concentrou a estratégia na busca de apoio do empresariado.

Em todos os encontros, o ministro pede compreensão e apela para a necessidade de urgência para a aprovação da PEC 241. O segundo turno da votação na Câmara dos Deputados está marcado para hoje. A expectativa do governo é superar os 366 votos favoráveis à medida obtidos na votação em primeiro turno.

Meirelles tem reforçado o discurso de que sem um freio nos gastos o Brasil não voltará a crescer. Nas reuniões, leva uma coleção de previsões para as despesas públicas que apontam um cenário aterrorizante de trajetória explosiva da dívida, caso o teto não seja aprovado.

Em um dos cenários, o ministro prevê que as despesas públicas podem saltar para 23,2% do PIB em 2025 sem o teto dos gastos. Com ele, a trajetória é de queda dos 19,8% de 2016 para 15,7% do PIB. Entre 2008 e 2015, as despesas cresceram 56,6% acima da inflação, três vezes mais do que a expansão do PIB no mesmo período.

Estímulos

Aos empresários que pedem novos estímulos e desonerações, o ministro tem dito que um País em crise e recessão não pode abrir concessões que não vão resolver os problemas das empresas, mas sim piorá-los. Por outro lado, tem dado a sua palavra de não retirar em 2017 as desonerações já concedidas.

Nos últimos dias, o governo traçou o mapa de acompanhamento dos votos e avisou que não aceitará traição de parlamentares da base do governo, que buscam espaço na distribuição de cargos ainda vagos em empresas estatais e bancos públicos. Ontem, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ofereceu um coquetel para mais de 300 deputados, com expectativa da presença do presidente Temer.

O governo já está se preparando para a batalha no Senado, onde a votação final está prevista para o dia 13 de dezembro. Meirelles começou a conversar com os senadores e deverá ir ao Senado para falar sobre a PEC. Já Temer deve marcar um jantar com os senadores da base aliada para adiantar a tramitação do projeto na Casa e concluir a votação até o início de dezembro.

Supremo

A interlocutores, o ministro revela que o apoio mais forte à PEC veio da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia. Ela tem externado a avaliação de que o País não está em momento de conceder reajuste a membros do Poder Judiciário.

Também se mostra desconfortável com as gratificações concedidas a juízes e a discrepância nos pagamentos de cada Estado. A presidente do Supremo considera que os tribunais precisam fazer sua parte e, no encontro com Meirelles, defendeu que os limites para o orçamento do Judiciário sejam contabilizados por órgão e não pelo poder como um conjunto.

Na semana passada, o encontro de Meirelles com o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra da Silva Martins Filho, e 24 presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) ajudou a diminuir as resistências, mas não afastá-las por completo. Os tribunais querem que o teto seja diferenciado, mas a equipe econômica avalia que ele não pode ter exceções.

Para diminuir as resistências, o governo previu na PEC um intervalo de três anos em que o Executivo poderá compensar eventual estouro do teto de Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública da União.

Meirelles tem dito que um País em crise e recessão não pode abrir concessões que não vão resolver os problemas das empresas, mas sim piorá-los.

Há sinais de pausa na desinflação de serviço e política monetária tem de ser persistente, diz BC

25/10/2016 – Jornal Extra /G1

O Banco Central destacou que há sinais recentes de pausa no processo de desinflação de serviços em ata do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central divulgada nesta terça-feira, adotando um tom mais duro em relação ao processo de corte dos juros básicos e ressaltando que é preciso ter "persistência maior" na sua política.

"Há sinais de uma pausa recente no processo de desinflação dos componentes do IPCA mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária, o que pode sinalizar convergência mais lenta da inflação à meta", trouxe a ata. "Nesse contexto, uma maior persistência inflacionária requer persistência maior da política monetária", acrescentou.

Segundo o BC, essa pausa já considera efeitos sazonais e se dá "em níveis cuja manutenção produziria trajetória de desinflação em velocidade aquém da contemplada no cenário básico do Copom".

"Esse cenário pressupõe uma trajetória de queda gradual à frente. Dessa forma, os membros do Comitê ressaltaram que é necessário monitorar a retomada dessa trajetória", acrescentou o BC.

Na última quarta-feira, o BC reduziu a Selic em 0,25 ponto percentual, a 14,00 por cento ao ano, primeiro corte em quatro anos, avaliando que uma flexibilização moderada e gradual é compatível com a convergência da inflação para a meta de 4,5 por cento nos próximos dois anos.

Em relação aos próximos passos que tomará, o BC repetiu que a magnitude do corte nos juros e possível intensificação de seu ritmo "dependerão de evolução favorável de fatores que permitam maior confiança no alcance das metas para a inflação no horizonte relevante para a condução da política monetária, que inclui os anos-calendário de 2017 e 2018".

Também reiterou que para essa decisão irá avaliar a combinação de dois fatores: desinflação de serviços e evolução dos ajustes na economia.

Sobre o lado fiscal, o BC indicou que "há consenso no Comitê de que a velocidade no processo de apreciação das propostas de ajustes tem excedido as expectativas", mas destacou, por outro lado, que "a natureza longa e incerta do processo sugere que há, ao mesmo tempo, risco e oportunidade".

A ata indicou que o BC seguirá acompanhando esses esforços atentamente.

Dezembro pode ser momento ideal para elevar taxa de juros, diz Williams, do Fed

25/10/2016 – Em.com

O presidente do Federal Reserve de San Francisco, John Williams, afirmou que acredita que o melhor momento para elevar novamente os juros nos Estados Unidos deve ser a reunião de dezembro do banco central norte-americano. Williams ainda espera uma alta dos juros neste ano e disse que ela poderia ocorrer ou em novembro ou em dezembro.

O dirigente argumentou, porém, que pode ser melhor esperar mais para elevar os juros. Durante entrevista na segunda-feira ao Wall Street Journal, Williams

argumentou que pode ser uma boa ideia elevar os juros em dezembro porque nessa ocasião haverá entrevista coletiva com a presidente do Fed, Janet Yellen, o que não ocorrerá em novembro. "Nós sempre podemos tomar decisões de política a qualquer reunião, mas eu acredito que há vantagens, na minha opinião, em relação à entrevista coletiva", afirmou Williams.

"Há sempre a questão de querer comunicar [a decisão de juros] da maneira mais eficaz que pudermos", disse o dirigente, que atualmente não tem direito a voto nas decisões de política monetária. Ao elevar os juros, "sempre há um pouco de preferência, na minha visão, por uma reunião com entrevista coletiva, já que estamos ainda nos primeiros dias desse processo de normalização".

A entrevista de dezembro dará a Yellen a chance de explicar melhor a decisão do Fed, em comparação com o breve comunicado divulgado após cada reunião, disse ele. Williams avaliou que foi positivo que a elevação do ano passado tivesse ocorrido em uma reunião com entrevista coletiva, em dezembro.

Williams disse, porém, que as preocupações com uma eventual ação logo antes das eleições presidenciais dos Estados Unidos, em novembro, não entram na sua avaliação. Ele minimizou o risco de que o Fed possa assustar os mercados antes da votação e disse que a eleição não era "uma consideração importante" para ele pensar sobre quando o Fed deveria agir.

O presidente do Fed de San Francisco tem defendido uma elevação nos juros neste ano. Além disso, acredita que o BC dos EUA poderá continuar com o processo de aperto monetário no próximo ano.

Williams defende, porém, um ritmo gradual de elevação, diante do atual ambiente econômico. "Nós podemos subir os juros muito gradualmente ao longo dos próximos dois anos", argumentou. Williams disse que, diante de mudanças na economia que aparentemente reduziram a taxa natural de juros, o Fed deve elevar a taxa para um nível mais baixo que em momentos anteriores.

O dirigente disse acreditar que os riscos para a economia estão em grande medida equilibrados. Além disso, não vê nenhuma importante fonte de instabilidade financeira, que pode ser uma questão quando as taxas de juros estão em nível muito baixo.

Williams acredita que a inflação atingirá a meta de 2% dentro de um ano ou dois. A taxa de desemprego deve recuar até 4,75%, avalia, ou mesmo um pouco abaixo disso. Atualmente, ela está em 5%.

A próxima reunião do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês) do Fed ocorre nos dias 1º e 2 de novembro.

Contratos futuros do minério de ferro disparam e têm máxima de 2 anos na China

25/10/2016 – Jornal Extra /G1

Os contratos futuros de minério de ferro negociados na China saltaram 6 por cento nesta terça-feira, para o mais alto nível em mais de dois anos, em meio a uma alta dos preços do aço e do carvão.

A demanda por aço no maior produtor e consumidor do mundo e custos mais elevados de matérias-primas estão dando suporte aos preços da commodity. A escassez de carvão metalúrgico tem impulsionado os preços, mas o minério de ferro está mantendo-se em alta.

O minério de ferro para janeiro, o mais negociado na bolsa de Dalian, subiu 6 por cento, para fechar no limite de alta da bolsa de 471,50 iuanes (70 dólares) a tonelada, o seu maior valor desde agosto de 2014.

O contrato janeiro do carvão metalúrgico terminou em alta de 5,1 por cento, a 1.300 iuanes por tonelada, depois de tocar uma nova máxima para o contrato de 1.313 iuanes por tonelada. O coque subiu 7 por cento, a 1.680 iuanes por tonelada, ao maior valor desde dezembro de 2013.

"Os participantes do mercado em geral continuam otimistas sobre a perspectivas para o carvão de coque, com a demanda de siderúrgicas seguindo saudável, porque o estoque de aço é baixo e as siderúrgicas estão elevando os preços para repassar o aumento dos custos de matéria-prima", afirmou Helen Lau, analista da Argonaut Securities em nota.

Outros analistas também atribuíram a força dos contratos a um iuan mais fraco, que oscilou perto de uma mínima de seis anos na terça-feira.

Siderúrgicas latinas precisam reforçar ações de defesa comercial contra China, diz Alacero

25/10/2016 – DCI

O presidente da Associação Latino-Americana de Aço (Alacero), Jefferson de Paula, cobrou nesta terça-feira uma maior mobilização das siderúrgicas da região contra as acearias chinesas, que segundo ele praticam no mercado internacional preços desleais que comprometem as empresas do setor de todo o mundo.

De Paula, que também preside a ArcelorMittal Aços Longos nas Américas Central e do Sul, afirmou que só em 2016 foram iniciados 180 processos contra práticas desleais e que 60 por cento dos casos envolvem siderúrgicas chinesas, mas apenas 5 desses processos foram iniciados por empresas latino-americanas contra companhias chinesas.

"A reação ainda parece muito tímida nos processos e vemos que Estados Unidos e Europa estão fazendo mais ... nós estamos tímidos na ação contra práticas desleais", disse ele na abertura de congresso da entidade, no Rio de Janeiro.

O executivo afirmou que atualmente há uma sobreoferta de mais de 700 milhões de toneladas de aço no mundo, das quais cerca de 400 milhões estão na China.

Segundo dados da Alacero, de janeiro a agosto, as importações de aço chinês pela América Latina somaram cerca de 5 milhões de toneladas, uma queda ante as 6,4 milhões registradas um ano antes.

Alta no preço do carvão vai afetar resultados de siderúrgicas do Japão

25/10/2016 – DCI

A alta nos preços do carvão vai provavelmente fazer as duas maiores produtoras de aço do Japão descumprirem metas de resultado neste ano fiscal, mas vai ajudar os fornecedores do insumo como a Mitsubishi Corp, afirmam analistas.

Lucros menores que os esperados por parte de Nippon Steel & Sumitomo Metal e JFE Holdings, que já enfrentam uma valorização do iene, podem adicionar pressão para que as usinas aumentem os preços de seus produtos.

Os preços do carvão premium na Austrália, que domina as exportações globais, superaram nesta semana os 245 dólares por tonelada. Isso leva o rali até agora neste

ano a mais de 200 por cento, depois que a China agiu para cortar excesso de capacidade no setor de carvão.

Cinco analistas nos últimos 30 dias reduziram estimativas para lucro recorrente da Nippon Steel, uma das principais sócias da brasileira Usiminas, para o ano até 31 de março em 36 por cento em média. Para a JFE, o corte foi de 49 por cento, segundo dados da Thomson Reuters I/B/E/S.

"As margens no semestre fiscal de outubro a março serão espremidas pois os custos com matérias-primas vai subir cerca de 4 mil ienes (38,30 dólares) por tonelada sobre um ano antes", disse Shuhei Nakamura, analista do Goldman Sachs.

Para compensar o aumento nos custos, a Nippon Steel informou que está buscando aumento de preços de 10 mil ienes por tonelada no segundo semestre fiscal sobre um ano antes.

Mas analistas, incluindo Atsushi Yamaguchi, da SMBC Nikko Securities, acreditam que as siderúrgicas não podem passar todo o peso do aumento de custos para os clientes. "Há excesso de oferta de aço no mundo. Os preços só vão subir empurrados por custos, não pela demanda. Historicamente as siderúrgicas perdem dinheiro sob tais condições", afirmou Atsushi.

Como prever se empresas em recuperação terão final feliz

25/10/2016 – Exame

Durante painel sobre o tema no VII Congresso TMA Brasil, especialistas apontam o que pode atrapalhar e ajudar no sucesso dos pedidos feitos no país



No atual cenário de instabilidade política e crise econômica, o aumento de pedidos de recuperações judiciais por empresas no Brasil é uma das poucas certezas.

Apenas em setembro, 147 delas entraram com o recurso – número 66% maior do que um ano antes, pelo Serasa Experian. Mas como prever quantas terão sucesso ao fim da empreitada?

Para os especialistas no assunto reunidos em um painel sobre o tema no VII Congresso TMA Brasil, o sistema ainda tem muito o que melhorar para ajudar as companhias nesse caminho.

"O mercado não tem medo de uma decisão ruim do judiciário, mas sim da imprevisibilidade, porque ele precisa precificar o negócio e os ativos. Sem previsão não há como fazer isso", afirmou Daniel Cárnio, juiz titular da 1ª Vara de Falências da Comarca de São Paulo.

Para ele, é preciso que as empresas entendam os benefícios de recorrer ao pedido para que a companhia possa seguir produzindo e, assim, conseguir se capitalizar e manter o negócio.

"Sem dinheiro novo, não há milagre, a companhia não se recupera e quem perde somos todos nós (à sociedade)", afirmou ele.

Os advogados Ricardo Tepedino, da Tepedino, Migliore e Berezowski Sociedade de Advogados, Ivo Waisberg, da Thomaz Bastos, Waisberg, Kurzweil Advogados, e Maria Salgado, da Sérgio Bermudes Advogados falaram dos desafios das incertas decisões dos juízes.

Luiz Galeazzi, responsável por algumas das maiores reestruturações de companhias do país, abordou como as empresas por vezes entram com pedido de recuperação quando na verdade já estão à beira da falência.

W

“Entre pedir falência ou passar a “chave” para o administrador nomeado pela justiça, optam pela segunda e arrastam uma resolução para seus negócios por anos e anos”, afirmou ele.

Na sua opinião, acionistas e empresas se confundem nas leis brasileiras, diferente do que acontece nos Estados Unidos. Isso afasta bons especialistas da gestão dessas companhias.

“É preciso uma proteção mínima a essas pessoas para que elas sejam responsabilizadas pela administração que estão fazendo no negócio e não por um passivo anterior e incerto”, disse.

Triagem certa

Os advogados apontaram, ainda, a divergência no tempo e tipo de decisões tomadas com relação aos pedidos em várias partes do país, ora a favor dos credores, ora dos devedores.

Uma das soluções para isso seria a do judiciário brasileiro ter um número limitado de juízes especializados em julgar pedidos, com grupos regionalizados para fazer as análises.

“Temos hoje 12.000 juízes julgando casos de recuperação no país, sendo que a grande maioria não terá condições adequadas, nem tempo, para julgar a matéria como deveria”, disse o juiz.

Se focados no assunto, sessenta magistrados é o suficiente para todo o país, acredita ele.

Outra iniciativa que deveria ser ampliada, segundo Cárnio, é a perícia prévia dos pedidos, para avaliar se esse deve ou não ser aceito, como acontece em São Paulo, desde 2011.

De acordo com ele, desde então, 30% dos pedidos feitos tiveram petição inicial indeferida por fraude ou porque se tratavam de negócios sem condições de operar. Dos aprovados, 70% tiveram sucesso com planos aprovados e cumpridos em dois anos.

O VII Congresso TMA Brasil, focado em reestruturação e recuperação de empresas no país, acontece hoje e amanhã (24 e 25/10) no Hotel Renaissance, em São Paulo.

Anglo American amplia produção de diamantes e minério no 3º tri

25/10/2016 – Exame

Produção de diamantes, principal fonte de lucro da empresa no primeiro semestre, teve alta de 4% entre julho e setembro

A Anglo American divulgou hoje avanço na produção de todas as suas divisões no terceiro trimestre, com exceção da de cobre, à medida que manteve a estratégia de focar seu desempenho operacional.

A produção de diamantes, o principal gerador de lucros subjacentes no primeiro semestre do ano, teve expansão anual de 4% entre julho e setembro, a 6,3 milhões de quilates.

Já a de minério de ferro, que teve a segunda maior contribuição para os ganhos do primeiro semestre, cresceu 14% na mesma comparação, a 16,3 milhões de toneladas, após a Anglo American ampliar a produção na operação brasileira de Minas-Rio e reestruturar a mina de Sishen na África do Sul.

A produção de cobre, por outro lado, caiu 9% no último trimestre, a 139,8 mil toneladas, em parte afetada por greves nas operações chilenas de Los Bronces e El Soldado.

Montadoras tropeçam na tecnologia do painel

25/10/2016 – Wall Street Journal



Um modelo da Ford equipado com o sistema de entretenimento Sync, que está na sua terceira versão. Lançado no mesmo ano, em 2007, o iPhone, da Apple, já está na sua sétima versão.

As montadoras tradicionais que estão na corrida contra as empresas do Vale do Silício para desenvolver veículos autônomos e elétricos enfrentam desafios tecnológicos mais imediatos com um componente essencial: a tela do painel.

Os clientes estão cada vez mais frustrados com os supostos problemas nos sistemas de entretenimento, desde falhas na conexão com os smartphones, mostradores eletrônicos que não funcionam e recursos de reconhecimento de voz imperfeitos, dizem revendedores e analistas do setor automobilístico. As insatisfações continuam, apesar dos avanços significativos feitos pelas montadoras, como a criação de sistemas que funcionam como aparelhos eletrônicos portáteis.

Ontem, a revista americana "Consumer Reports" divulgou seu estudo anual de confiabilidade, que em parte ressalta a persistência dos problemas com a tecnologia do painel dos veículos, uma área que a publicação já havia apontado antes como um ponto significativo de insatisfação para os compradores de carros.

Quando se trata de avanços tecnológicos na cabine, as montadoras estão "melhorando e [os recursos] ficando piores", diz Jake Fisher, líder de testes automotivos da Consumer Reports. J.D. Power, outro proeminente analista de carros, observou, em fevereiro, que o software para áudio, navegação e reconhecimento de voz constitui "a área mais problemática na maioria dos veículos", ressaltando que esses problemas derrubam as notas de confiabilidade.

Sistemas de entretenimento mais antigos, como o iDrive, da BMW, e o MMI, da Audi AG, apresentaram os maiores avanços nos últimos anos, enquanto concorrentes mais novos, como o CUE, da Cadillac, e o InTouch, da Infiniti, tendem a ser mais problemáticos e difíceis de usar, diz Fisher. Um porta-voz da Infiniti, uma divisão da japonesa Nissan, diz que a marca monitora de perto avaliações de terceiros e tem tomado providências para melhorar o desempenho, incluindo uma melhoria recente no software. Um porta-voz da Cadillac não quis comentar.

A Ford Motor Co. tem enfrentado problemas ao longo dos anos nos sistemas Sync e My Ford Touch Telematics. Em 2011, um engenheiro chamou o software de “um cocô reluzente”, segundo documentos judiciais arquivados em uma ação aberta por consumidores contra a montadora em 2013 e que recentemente recebeu status de ação coletiva.

A Ford informou, num comunicado, que o My Ford Touch foi “revolucionário” quando lançado e que, como “todo software novo e complexo”, foi continuamente aprimorado depois do lançamento oficial. Os clientes recebem atualizações de software gratuitas à medida que os engenheiros melhoram o desempenho, informou a empresa.

Para acabar com os problemas, montadoras tradicionais como Ford, General Motors Co. e Toyota Motor Corp. estão correndo para contratar mais desenvolvedores de software e programadores, num esforço de não ficar para trás na disputa tecnológica com empresas do Vale do Silício, como a Tesla Motors Inc. e o Google, da Alphabet Inc.

Este mês, a Tesla informou que instalou equipamentos em seus novos modelos que os tornarão totalmente autônomos, apesar da maior fiscalização decorrente do acidente ocorrido, em maio, com um veículo que usava o sistema semiautônomo Autopilot desenvolvido pela montadora americana de carros elétricos. O Google, por sua vez, continua testando veículos autônomos, mas tem sido reservado sobre seus planos futuros.

Quanto aos painéis, os compradores de carros estão, cada vez mais, procurando por sistemas concorrentes da Alphabet e da Apple Inc. que se conectam a smartphones e permitem aos motoristas ver e interagir, nas cabines dos veículos, com telas que eles já usam em casa.

As fabricantes de automóveis estão pensando para acompanhar o volume e a velocidade com que as empresas de tecnologia atualizam seu software de smartphones, um atraso que pode confundir e causar falhas nos sistemas de entretenimento, dizem técnicos e analistas.

A dificuldade que as montadoras tradicionais têm para incorporar novas tecnologias rapidamente deriva, em parte, dos ciclos mais longos de desenvolvimento dos veículos, que podem levar até três anos. A Ford, por exemplo, está lançando mais uma geração de seu sistema Sync, a terceira desde sua criação, em 2007, enquanto a Apple já está na sétima versão do iPhone, que foi lançado no mesmo ano.